

Reverberações da Ditadura Militar no conteúdo jornalístico do programa A Voz Do Brasil (1985-2017)

Reverberations of the Military Dictatorship in the journalistic content of the program A Voz Do Brasil (1985-2017)

Reverberaciones de la Dictadura Militar en el contenido periodístico del programa A Voz Do Brasil (1985-2017)

Luciana Paula Bonetti Silva

Resumo

O artigo apresenta uma revisão e sistematização de marcos e eventos que fazem parte da trajetória histórica de A Voz do Brasil com foco do período da Ditadura Militar (1964-1985), para posteriormente desenvolver uma análise de conteúdo de reportagens do programa após a reabertura política, entre 1985 e 2017. Através da legislação e estudos sobre o programa, durante o Regime Militar, identifica-se a tentativa de aproximá-lo dos formatos e linguagens do rádiojornalismo comercial, em detrimento da propaganda de Estado. De maneira que já nesse período, o modelo informativo foi almejado para afastar o programa da herança totalitária varguista, ainda que fossem flagrantes as omissões de pautas negativas e um modelo de “objetividade propagandística” no conteúdo (PEROSA, 1995). A partir da reabertura política, diversos documentos registram que o conteúdo noticioso

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 15/08/2024 aceito em: 10/10/2024.

>> Como citar este texto:

SILVA, Luciana Paula Bonetti. Reverberações da Ditadura Militar no conteúdo jornalístico do programa A Voz Do Brasil (1985-2017). **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 15, n. 02, p. 75-96, mai./ago. 2024.

Sobre a autora

Luciana Paula Bonetti Silva
lucipbs@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1479-7455>

Jornalista e historiadora, investiga temas referentes à Radiodifusão Pública no Brasil. É doutora e graduada em História, e mestra e graduada em Jornalismo. Atualmente, é analista de comunicação da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão (FAPEU), lotada no Núcleo de Educação para o Trânsito do Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans/UFSC).

passaria a nortear as reportagens do programa. Para analisar se isso ocorreu ou se houve reverberações do período militar, realiza-se uma análise de conteúdo categorial das reportagens do programa, com foco em coberturas de momentos de crise dos governos de turno.

Palavras-chave: História da Mídia Sonora; A Voz do Brasil; Ditadura Militar; Radiojornalismo.

Abstract

The article presents a review and systematization of milestones and events that are part of the historical trajectory of A Voz do Brasil, focusing on the period of the Military Dictatorship (1964-1985), to later develop a content analysis of reports from the program after the political reopening, between 1985 and 2017. Through legislation and studies on the program during the Military Regime, we can identify the attempt to bring it closer to the formats and languages of commercial radio journalism, to the detriment of state propaganda. In this period, the informative model was sought to distance the program from the totalitarian legacy of the Vargas regime, even though there were blatant omissions of negative agendas and a model of “propaganda objectivity” in the content (PEROSA, 1995). After the political reopening, various documents record that the news content began to guide the program's reports. In order to analyze whether this was the case or whether there were reverberations from the military period, a categorial content analysis of the program's reports was carried out, focusing on coverage of moments of crisis for the governments in power.

Keywords: History of the Sound Media; The Voice of Brazil; Military Dictatorship; Radiojournalism.

Resumen

El artículo presenta una revisión y sistematización de hitos y acontecimientos que forman parte de la trayectoria histórica de A Voz do Brasil, con foco en el período de la Dictadura Militar (1964-1985), para después desarrollar un análisis de contenido de los reportajes del programa después de la reapertura política, entre 1985 y 2017. A través de la legislación y los estudios sobre el programa durante el régimen militar, podemos identificar el intento de aproximarlos a los formatos y lenguajes del periodismo radiofónico comercial, en detrimento de la propaganda estatal. En este período, se buscó el modelo informativo para distanciar el programa del legado totalitario del régimen de Vargas, aunque

hubiera flagrantes omisiones de agendas negativas y un modelo de «objetividad propagandística» en el contenido (PEROSA, 1995). A partir de la reapertura política, diversos documentos registran que el contenido de las noticias guiaría los reportajes del programa. Para analizar si esto fue así o si hubo reverberaciones del período militar, se realizó un análisis de contenido categorial de los informes del programa, centrándose en la cobertura de los momentos de crisis de los gobiernos de turno.

Palabras clave: Historia de los medios sonoros; La voz de Brasil; Dictadura militar; Radioperiodismo.

Introdução

O programa radiofônico *A Voz do Brasil* foi criado durante o primeiro Governo de Getúlio Vargas, em 1934 (SOUZA, 2003). A partir da ideia de promoção do governo e da integração nacional, em seu início, reunia discursos presidenciais e peças musicais e literárias (PEROSA, 1995). Ao longo de 90 anos, porém, evidenciou-se a busca pelo afastamento de um modelo personalista em prol da produção de conteúdo noticioso. Esta mudança não foi abrupta. Mesmo antes da reabertura política, no final da Ditadura Militar, o programa passou a adotar formatos radiojornalísticos, com a veiculação de informes.

Durante o Governo de Ernesto Geisel (1974-1979), os discursos presidenciais passaram a ser realizados em transmissões em cadeia obrigatória de rádio e TV, ao invés de no espaço dedicado ao Poder Executivo em *A Voz do Brasil* – o que pode ser sintoma também da baixa audiência do programa e da popularização da TV. No governo Sarney, dá-se um passo adiante nessa direção, com a criação do programa *Conversas ao Pé do Rádio*, uma tentativa de separar o conteúdo noticioso acerca do Poder Executivo da comunicação direta entre presidentes e cidadãos. O que nos instigou a refletir e investigar a adoção de critérios jornalísticos na versão contemporânea do programa foi o seguinte anúncio da página da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), no campo reservado ao histórico de *A Voz do Brasil*:

2003, o foco na cidadania

2003, como parte do novo conceito de comunicação pública do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Radiobrás promoveu a mais profunda reforma editorial realizada no programa. A parte destinada ao Poder Executivo adquiriu enfoque jornalístico e formato atual. A reportagem deixou os gabinetes para sair às ruas em busca da relação entre as políticas públicas implementadas e as necessidades da sociedade. Pela primeira vez, A Voz do Brasil abria seus microfones para a população perguntar, comentar e avaliar os projetos e ações do governo abordados no programa. “O Guarani” foi remixado ao ritmo de forró, samba, choro, bossa-nova, capoeira, moda de viola e até techno. E o tradicional “Em Brasília, dezenove horas” foi substituído por “Sete da noite, em Brasília”, sinal da opção pela linguagem mais simples, usual e em tom de diálogo. Desde então, A Voz do Brasil acumula três prêmios de jornalismo e é reconhecida como canal de acesso a informações precisas e objetivas sobre governo, Estado e Cidadania. (EBC, 2012)

Percebe-se que a tentativa de dissociar o programa da noção de propaganda política, ideia central no excerto citado acima, exacerba-se nos anos 2000. São fartos os documentos que atestam o objetivo de produzir conteúdo noticioso, respeitando critérios jornalísticos como imparcialidade, neutralidade, entre outros. Neste trabalho reunimos e sistematizamos alguns destes marcos para posteriormente analisarmos as permanências e rupturas do conteúdo anunciado como jornalístico em *A Voz do Brasil*, com relação ao período do Regime Militar, este marcado pela introdução de formatos radiojornalísticos, mas ainda com a omissão frequente de pautas negativas.

Assim, em um primeiro momento, como procedimento metodológico deste estudo, emprega-se a análise documental. Para tal, tem-se como base bibliografias diversas, pesquisas acadêmicas e legislações referentes à instituição e produção do programa. Entre elas estão as obras da historiadora do rádio Lia Calabre (2006) e da pesquisadora da comunicação Lilian Perosa (1995), bem como o livro do ex-presidente da Radiobrás Eugênio Bucci (2008). Também foram importantes as entrevistas reunidas pelo audiodocumentário “A Voz que não se calou: as mudanças no programa A Voz do Brasil a partir do governo Lula” (SILVA, 2014). Em um segundo momento, propomo-nos a apontar algumas das principais transformações que ocorreram na estrutura de *A Voz do Brasil* a partir do fim da Ditadura Militar (1964-1985), desenvolvendo uma da

Análise de Conteúdo Categorical (BARDIN, 2009)¹ das reportagens do programa referente ao Poder Executivo, entre 1985 e 2017², buscando pontuar possíveis reverberações e rupturas em relação ao período de exceção.

A Voz dos militares

Foi durante a Ditadura Militar, que *A Voz do Brasil* deixou de ser um espaço exclusivo do Poder Executivo, dedicando tempo para notícias sobre Congresso Nacional. Também neste período, nota-se a presença de locução feminina e uma maior influência da linguagem do radiojornalismo, bem como notícias de caráter não-oficial. Isso, no entanto, não garantiu que o caráter propagandístico fosse eliminado, visto que as pautas negativas eram deliberadamente ignoradas (PEROSA, 1995). Instaurado o Golpe de 1964, o programa ficou a cargo da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP) (MATOS, 2001). Destaca-se que, por parte dos chefes da AERP, era importante negar qualquer semelhança entre a Assessoria e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (1939-1945), e com qualquer ideia que remetesse a herança totalitária de Getúlio Vargas. A maior diferença entre ambos, porém, era a questão técnica, como, por exemplo, a abrangência do veículo da televisão. A respeito das principais características da AERP, Carlos Fico destaca com base em matéria publicada do *Jornal do Brasil*.

Em fevereiro de 1971 seria divulgado um Plano Global de Comunicação Social, durante um encontro realizado na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião foram revelados os objetivos do governo com a propaganda. Falava-se em “mobilizar a juventude”; em “fortalecer o caráter nacional”; em estimular o “amor à pátria”, a “coesão familiar”, a “dedicação ao trabalho”, a “confiança no governo” e a “vontade de participação”. Todo

¹Para a Análise de Conteúdo Categorical, as transcrições de reportagens do programa *A Voz do Brasil* foram analisadas conforme a sequência de etapas proposta por Bardin (2009), as quais compreendem: pré-análise; a análise do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

²A análise aqui apresentada expõe resultados parciais do trabalho de pesquisa desenvolvido na dissertação *O Jornalismo no Programa de Rádio A Voz Do Brasil em Períodos de Crise Política - Análise de Coberturas entre 1985 e 2017*, apresentada em 2018, ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina.

um receituário que supunha “contribuir para a afirmação democrática” do país e que também pretendia “atenuar as divergências que sofre a imagem do país no exterior”. Tinha-se por fito, portanto, uma atuação complexa, capaz de atingir objetivos bastante vagos (como o “fortalecimento do caráter nacional” e a “vontade de participação”, sem que se dissesse que tipo de participação seria esta) e de crítico dimensionamento moral nos anos 70, época já posterior à chamada liberalização dos costumes – tempos em que, certamente, não soariam modernos os apelos à “coesão familiar” e ao “amor à pátria”. (FICO, 1997, p. 94)

A criação e extinção abrupta de empresas de comunicação marcou o período da Ditadura Militar³. Por exemplo, em 1980, a Secretaria de Comunicação (Secom), criada em 1979, chegou a ser extinta por João Baptista de Oliveira Figueiredo através do decreto nº 85.550, de 18 de dezembro, que também subordinou a Empresa Brasileira de Notícias (EBN) (1979-1988) ao Gabinete Civil da Presidência da República. Em 1981, no mês de janeiro, duas secretarias foram instituídas: a Secretaria de Relações Públicas e a Secretaria de Imprensa. Dois meses depois, ambas foram extintas e substituídas pela Secretaria de Imprensa e Divulgação (SID). À parte destas mudanças, a EBN produziu *A Voz do Brasil* de 1979 até 1988, quando uma entrevista do Ministro Paulo Roberto Camarinha determinou o fim de seu próprio mandato e o fim da empresa que veiculou seu último pronunciamento público. Eugênio Bucci (2008) narra este episódio no capítulo “Com a alma ferida”.

O brigadeiro, então Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, concedeu no dia 16 de junho, uma entrevista a Eduardo Mamcasz, diretor-superintendente da EBN na época, criticando o governo em questões como: a baixa remuneração dos militares, a manutenção de “marajás” no Legislativo e no Judiciário, a inflação, o congelamento da

³ Em 1975, foi criada a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) que produziu *A Voz do Brasil* de 1988 até 2007. Até a criação da Empresa Brasil de Notícias (EBN), em 1979, acreditamos então que o programa se manteve nas mãos da Agência Nacional. A Lei nº 6.650 de 27 de maio de 1979, decretou também a criação da Secretaria de Comunicação Social (Secom) subordinando a ela a Radiobrás e a EBN. É importante frisar que atualmente a Secom responde por *A Voz do Brasil* mas quem a produz é a Empresa Brasil de Comunicação. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é uma Empresa Pública fundada 10 de outubro de 2007, por meio da Medida Provisória Nº 398/2007, com sede em Brasília (DF). Tem por finalidade a prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, observados os princípios e objetivos estabelecidos na sua lei de criação. Entre eles prestar serviços no campo de radiodifusão, comunicação e serviços conexos, inclusive para transmissão de atos e matérias do Governo Federal; e distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União.

Unidade de Referência de Preços, índice base para o reajuste dos salários. Desafiando o então ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, a promover o descongelamento: “senão, não precisa ser ministro, fica em casa e despacha papel” (CAMARINHA, 1988 apud BUCCI, 2008, p. 88).

Dois dias depois, os jornais anunciaram a demissão sumária do ministro, sendo que o decreto que extinguiu a EBN saiu no dia 22 daquele mesmo mês, incorporando sua estrutura e funcionários à Radiobrás, que agora passava a se chamar Empresa Brasileira de Comunicação, não mais de Radiodifusão.

Estes episódios evidenciam a permanência de um padrão autoritário na gestão das empresas públicas de comunicação por parte do Executivo, entre a Ditadura Militar e nos primeiros após a abertura política. Todavia, é preciso considerar alguns marcos que demonstram importantes rupturas quanto ao conteúdo de *A Voz do Brasil* em relação ao modelo propagandístico da Era Vargas.

Durante o governo militar, a censura imposta pelo AI-5, em 1968, impactou o conteúdo do programa. O pronunciamento de Luís Antônio da Gama e Silva, ministro da Justiça, após o anúncio deste Ato Institucional e a leitura da primeira lista de cassações foram fatos marcantes nas edições de *A Voz do Brasil*, neste período. Os nomes de Juscelino Kubitschek e Dom Hélder Câmara, personagens importantes e combativas ao Regime, não poderiam ser pronunciados. Demissões também ocorreram nas estatais de comunicação. O programa ganhou um texto de caráter menos personalista, trazendo mais dados. Caberia então aos números falarem sobre o crescimento do Brasil. Para além disso, temos que:

A abertura, tradicionalmente a ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, foi substituída pelo Hino da Independência. Dez minutos foram reservados ao Jornal Nacional, com notícias de maior importância, de caráter oficial ou não, no âmbito nacional ou internacional. Vinhetas musicais foram incorporadas entre as notícias do governo. O programa também deu grande destaque, em especial durante a Copa do Mundo de 1970, ao noticiário esportivo. (MATOS, 2001, p.38-39)

Esta foi a primeira vez que a ópera *O Guarani* deixou de fazer parte da identidade sonora do programa. Além das mudanças já mencionadas, o uso de

redações sucursais em diversas regiões marcou a tentativa de fazer de *A Voz do Brasil* um espaço dedicado a notícias sobre o país e não apenas de diálogo entre o presidente e a nação (MATOS, 2001). Esta tendência permanece no governo Ernesto Geisel, e a partir de 1974, percebe-se que:

[...] o programa oficial tentou assumir características de um radiojornalismo mais dinâmico, ao estilo das emissoras privadas. Para tanto, foram introduzidas vinhetas (pequenas ilustrações musicais intra-noticiário), a participação direta do repórter na apresentação da notícia e gravações de entrevistas ou depoimentos com membros do governo. Além disso, a apresentação do noticiário ficou atribuída a dois locutores, um homem e uma mulher, para suprimir o tom linear de uma única locução masculina (PEROSA, 1995, p. 126)

Entre a criação do programa, em 1934, e o período de redemocratização política, a partir de 1985, podemos elencar como rupturas: a introdução do tempo reservado ao Congresso Nacional, a adoção de locução feminina e a influência da linguagem do radiojornalismo comercial como algumas rupturas. O programa se mostrou também, pela sua longevidade, como uma fonte histórica relevante de vários episódios da política brasileira.

A Voz da Redemocratização (1985-2017)

Durante o Governo de José Sarney, cabe ressaltar, além do já mencionado episódio da demissão do brigadeiro Paulo Roberto Camarinha e da extinção da EBN, que *A Voz do Brasil* sofreu algumas alterações. Entre elas está a volta da ópera *O Guarani* na abertura; a inserção de noticiário local e regional; o intercâmbio com agências internacionais e uma maior interação com as rádios educativas e emissoras de TV; bem como a adoção de um estilo de narração mais natural e coloquial, de vinhetas com instrumentos regionais e de blocos como *O Brasil e a Constituinte* e *Brasil Entrevistas* (MATOS, 2001). Na produção do programa, aderiu-se ao sistema de pautas jornalísticas, com a assinatura do repórter ao final da matéria, agora realizada no local do acontecimento. Algumas mudanças que marcaram a transição do controle da EBN para a Radiobrás foram: a apresentação de chamadas, a centralização da

cobertura no Poder Executivo em detrimento das sucursais, o enxugamento da equipe exclusiva do programa e produção de matérias pela equipe de radiojornalismo da Radiobrás, dividida entre os setores governamentais.

Se *A voz do Brasil* veio desde o final da Ditadura buscando se consolidar como espaço para veiculação de notícias, no governo de Fernando Collor há uma nova ruptura. Perosa (1995) aponta um retorno ao modelo de “objetividade propagandística” do primeiro período da Ditadura Militar. A abertura do programa mudou mais uma vez e passou a ser executada ao som de *Aquarela do Brasil*, de Ari Barroso. Entre a década de 1990, até a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que mais marcou o programa em termos de formato foi a concessão, em 1996, de 5 minutos diários para o poder Judiciário, e um minuto semanal para o TCU – que veio a se tornar 1 minuto todas as segundas, quartas e sextas-feiras.

Esta mudança é uma das mais marcantes em termos de divisão de tempo desde 1946, quando foi concedido espaço ao Congresso. Até os dias atuais, *A Voz do Brasil* está assim dividida: numa primeira parte, com 25 minutos de duração, dedicada ao poder Executivo; numa segunda, com apenas cinco minutos, para o espaço do Judiciário; na terceira, com dez minutos, a do Senado Federal, e a última, com vinte minutos, o da Câmara dos Deputados. Segundas, quartas e sextas, um dos três poderes sede um minuto de sua programação para as notícias do Tribunal de Contas da União.

Análise de coberturas do programa entre 1985 e 2017

Visando observar rupturas e permanências do período militar no programa, desenvolvemos uma Análise de Conteúdo Categorical (BARDIN, 2009) de reportagens de *A Voz do Brasil*, referente ao Poder Executivo. Fizeram parte deste estudo⁴ reportagens sobre temas que eram negativos para os governos

⁴Através do acervo eletrônico da revista semanal *Veja*, da Editora Abril, de abrangência nacional, buscamos detectar as datas em que grandes escândalos de corrupção ou outros fatos geradores de crise foram noticiados. As capas da revista nos permitiram assim localizar em que semanas ou meses determinados assuntos foram mais noticiados, de maneira que uma segunda pesquisa, agora nas capas dos jornais *O Estado de São Paulo* e

de turno, a partir das categorias: apuração e omissão. Assim, buscamos analisar a cobertura - ou não - em *A Voz do Brasil* sobre pautas que geraram crise política para os governos de turno, o que nos permite observar se o modelo de “objetividade propagandística” e as omissões de pautas negativas, apontadas como uma marca do programa durante a Ditadura Militar (PEROSA, 1995), seguiram no programa após a reabertura democrática.

Quanto a José Sarney (1985-1989), analisamos a cobertura do escândalo de corrupção na BR Distribuidora, que foi capa de jornais em dezembro de 1988. Já no governo de Fernando Collor (1990-1992), interessou-nos como foi noticiado o processo de impeachment, em setembro de 1992. No governo Itamar Franco (1992-1994), nosso olhar lançou-se para a CPI do Orçamento e em como o impacto dela no corpo ministerial foi noticiada, em maio e em dezembro de 1993. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), buscamos reportagens que tratassem do tema das denúncias de corrupção no leilão das privatizações, investigação que foi notícia durante o ano de 2002. Sobre os dois primeiros mandatos do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), interessou-nos, sobretudo, como foi a cobertura do caso do Mensalão, em 2007. Já no governo Dilma Rousseff (2011-2016) se faz relevante a cobertura do processo de impeachment, em 2016. Por fim, o governo de Michel Temer (2016-2018) teve que se explicar quando gravações suas foram vazadas, em 2017, e pouco ou nada foi dito sobre o tema no programa, silêncio este que buscamos problematizar em nossa análise.

Quanto à categoria apuração, buscamos entender se *A Voz do Brasil* seguiu a tendência observada por Perosa (1995) durante o governo Sarney. Para a autora, a maior inovação proposta por esta gestão – em contraste com o período do Regime Militar – foi a veiculação de notícias negativas, como no caso do envolvimento do ministro Mauro Sales nos casos Sulbrasileiro e

Folha de São Paulo, nos permitiu refinar a busca para localizar os dias exatamente em que determinados assuntos vieram à tona na imprensa nacional. A partir dessas datas, encaminhou-se uma solicitação ao acervo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para que fossem enviados os áudios do programa dos períodos anteriores a 2009, a partir de quando os áudios do programa referentes ao Poder Executivo passaram a ser disponibilizados no site da empresa.

Brasilvest. O que causava estranheza ao corpo ministerial, e chegou a render intimidação quando as perguntas dos repórteres da extinta Empresa Brasil de Notícias (EBN) foram consideradas impertinentes - caso do ministro Roberto Gusmão (PEROSA, 1995).

A ideia era que a EBN se tornasse uma agência pública de notícias, com um Conselho Diretor composto por membros da sociedade civil, do governo, jornais, sindicatos dos jornalistas, entre outros, para que houvesse um controle público da atuação da empresa, o que influenciaria *A Voz do Brasil*. Dado este contexto, entendemos pertinente tornar a “Presença de Elemento Contraditório” e a “Postura dos repórteres em relação às fontes e suas informações” referências de análise para esta categoria. Deste modo, buscamos localizar se nas reportagens de *A Voz do Brasil* sobre pautas negativas para os governos de turno houve o debate do contraditório e se os repórteres questionam os dados trazidos pelas fontes, seja confrontando-os com outros dados, seja através de perguntas que demandassem esclarecimentos às fontes.

Em que pese houvesse coberturas sobre pautas negativas, no Governo Sarney, de maneira geral, houve pouco espaço para o debate do contraditório. Na edição do dia 16 de dezembro de 1988, quando se reporta a transferência do general Albérico Barroso, da BR Distribuidora para a Petrofértil, a postura dos repórteres permaneceu complacente em relação a única fonte ouvida, o presidente da Petrobrás à época, Armando Guedes. Em 19 de dezembro, quando Armando Guedes deixou a presidência da Petrobrás, apenas ele é ouvido pela reportagem e nenhum questionamento à sua versão dos fatos é feito - mesmo ele defendendo que sua saída não tem relação com o caso de corrupção da BR Distribuidora. Esse padrão se repetiu no dia seguinte, 20 de dezembro, quando o demissionário foi Aureliano Chaves, o ministro de Minas e Energia que deixava o Governo após dez anos. Em nenhum momento sua saída foi relacionada ao caso BR Distribuidora. No dia 21, reporta-se o nome do novo ministro de Minas e Energia, Íris Resende, sua posse é noticiada com tom oficialesco, no entanto, logo na sequência vai ao ar reportagem sobre o dossiê

resultante da sindicância interna da BR Distribuidora à Polícia Federal. Assim, a posse do novo ministro fica sutilmente relacionada ao escândalo nesta edição do programa.

Nas edições do Governo Collor, entendemos haver um caso mais equilibrado na apuração do impeachment. Ainda que os repórteres permaneçam pouco questionadores em relação às fontes - marcadamente oficiais - há mais riqueza de angulação sobre o tema. Por exemplo, no dia 28 de setembro de 1992, o programa noticia a confiança de Collor na votação da Câmara e a agenda de Itamar Franco, que recebeu governadores e o presidente do PMDB. Ou seja, o ouvinte tem indícios de que por mais confiante que esteja o presidente e o seu porta-voz, lideranças importantes do país já se articulam com o vice-presidente. No dia seguinte, quando há a cobertura ao vivo da votação na Câmara, vão ao ar os votos de três deputados favoráveis ao impeachment.

Para além disso, também é realizada reportagem sobre a movimentação de manifestantes em frente à Câmara e sobre a expectativa em relação ao vice-presidente Itamar Franco. É questionável, por exemplo, que a repórter que cobria esta pauta em frente à Câmara e não entrevistou nenhum cidadão presente. Mas, de todo modo, o programa não deixou de dar as informações mais essenciais sobre o tema, ainda quando elas não eram de interesse ou em benefício de Fernando Collor. No dia 30 de setembro, entendemos que a edição como um todo possui equilíbrio, entre pautar os desafios do novo governo e a saída do velho, garantindo voz a Collor e a Itamar em um momento que poderia ser delicado para os profissionais do programa, uma vez que o afastamento já havia sido aprovado em votação no Senado, mas Collor permanecia em exercício até Itamar tomar posse - o ocorreu no dia 2 de outubro do mesmo ano. Outra questão importante que não deixou de ser pautada é o depoimento de membros do governo à Polícia Federal. No dia 1 de outubro, entendemos que mais uma vez que a edição como um todo possui equilíbrio, entre pautar os desafios do novo governo e a saída do velho, ouvindo Fernando Collor, Itamar

Franco, os ministros que saíram e os que entraram no novo Governo.

No Governo Itamar Franco, nas edições dos dias 21 e 23 de dezembro de 1993, o programa cobriu a CPI do Orçamento. No dia 21, nenhum dos investigados pela CPI foi ouvido pela reportagem. No dia 23, quando a CPI do Orçamento voltou à pauta, entendemos que houve maior equilíbrio na reportagem que trata do depoimento do deputado Ibsen Pinheiro, por serem abordadas opiniões diversas entre os parlamentares:

LOC F: O depoimento do deputado Ibsen Pinheiro na CPI do Orçamento dividiu as opiniões dos parlamentares. Repórter Antônio Carlos Silva: O depoimento mais esperado da CPI do Orçamento durou oito horas. Depois de explicações sobre movimentação bancária e evolução patrimonial, o depoimento do ex-presidente da Câmara, o deputado Ibsen Pinheiro, dividiu as opiniões. Alguns parlamentares, como o senador Garibaldi Alves Filho, da Sub-Comissão de Subvenções Sociais, entenderam que o deputado Ibsen Pinheiro deu explicações razoáveis às perguntas. Outros mais cautelosos querem esperar as informações que o ex-presidente da Câmara prometeu à CPI para emitir opinião. Neste grupo está o senador Francisco Rollemberg. Deputados da Sub Comissão de Bancos, que forneceram dados para a maioria das perguntas, não ficaram satisfeitos. Para o deputado Aloizio Mercadante, o deputado Ibsen Pinheiro não explicou, por exemplo, de onde vieram 15 milhões de cruzeiros que serviram de entrada da compra de um apartamento, em **126 novembro** de 90, após o bloqueio dos cruzados e depois de uma campanha eleitoral, que o deputado Ibsen Pinheiro pagou com recursos próprios e que, segundo o deputado Aloizio Mercadante, foi feito em uma época em que a renda do ex-presidente da Câmara era incompatível. Já o relator, deputado Roberto Magalhães considerou este depoimento o mais difícil, e sem entrar no mérito das respostas do ex-presidente da Câmara, disse apenas que o depoimento acrescentou à CPI. Mas afirmou que algumas questões ficaram pendentes. Do Congresso Nacional, Antônio Carlos Silva. (A VOZ DO BRASIL, 1993e, transcrição nossa)

Ainda na edição do dia 23 de dezembro, apresenta-se reportagem sobre o conflito entre Orestes Quércia e Itamar Franco. Mesmo que sejam destacadas informações da carta de Quércia ao presidente, na qual o ex-governador de São Paulo se diz perseguido pela imprensa, a notícia de maneira geral é bastante parcial para o presidente. Sua versão dos fatos é que dá o ponto final.

Já no Governo Lula, entendemos que se busca algum equilíbrio na reportagem do dia 1 de junho de 2005, sobre os protestos de funcionários dos Correios contra os casos de corrupção na empresa, uma vez que são fontes o

presidente do sindicato da categoria e a assessoria de imprensa da empresa. No entanto, nota-se que a posição do sindicalista não é de toda crítica ao governo, defendendo que a corrupção nos Correios é anterior ao mandato de Lula. Em 3 de junho de 2005, mais uma vez o caso dos Correios é mencionado, mas desta vez indiretamente, na pauta sobre o 4º Fórum Global contra a Corrupção, ocasião em que os funcionários acusados de práticas ilícitas não são ouvidos. No dia 6 do mesmo mês, quando o caso do Mensalão veio à tona, o tema foi tratado a partir do ângulo do ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, que nega as acusações. Ainda assim a reportagem não deixa de explorar o teor das denúncias - citando de maneira explícita trechos da entrevista de Roberto Jefferson à *Folha de São Paulo*.

O programa ouve ainda os acusados por Jefferson, o presidente da Câmara e o líder da oposição no Senado. Por estas razões, entendemos que mesmo sem entrevistar Roberto Jefferson e trazendo o tema a partir da posição do ministro Aldo Rebelo, a reportagem buscou uma postura equilibrada. No dia 7 de junho, mais uma vez há uma mescla entre as pautas do 4º Fórum contra a Corrupção e o caso dos Correios, o que pode gerar um entendimento de comprometimento do governo com o combate à corrupção. Mas, por outro lado, mais uma vez, menciona-se a movimentação da oposição no Congresso, que se articulava para a criação de uma CPI dos Correios. Já no dia 16 de junho, quando pede demissão o ministro José Dirceu, faz-se notório que o advogado de defesa do agente da Abin, cujo depoimento deflagrou a saída do ministro, foi ouvido pelo programa. Embora a reportagem pese mais para o discurso de despedida de Dirceu, no contexto geral desta análise, em que são raros as fontes não-oficiais e o debate do contraditório, este caso é uma exceção.

No Governo Dilma, de maneira geral, a carência do debate do contraditório é a tônica da cobertura sobre o processo de impeachment. No dia 5 de maio de 2016, por exemplo, ouvimos apenas a opinião do advogado geral da União, Eduardo José Cardoso e da própria presidenta Dilma Rousseff, que

discursa sobre sua situação na inauguração de Belo Monte e em entrevista à BBC. Esta tendência segue durante toda a cobertura, no dia 6 de maio, são fontes apenas os senadores petistas Gleisi Hoffmann e Humberto Costa e a presidenta. No dia 9 de maio, outra vez é ouvido o senador Humberto Costa, o advogado geral da União, Eduardo José Cardoso, e a presidenta. Neste dia também é mencionada indiretamente a posição do presidente interino da Câmara Waldir Maranhão, que tentou anular a cessão de votação do impeachment - do dia 17 de abril - quando assumiu o posto de Eduardo Cunha - presidente da Câmara afastado da função pelo STF. No dia 10 de maio, defendem o mandato da presidenta - além dela mesma e do advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo -, o ministro da Comunicação Social, Edinho Silva, o secretário-geral da OEA, Luis Almagro Lemes e a representante de Mulheres Indígenas do CNDM, Rosimeire Maria Teles. No dia 11 de maio, quando o programa cobre a sessão de votação ao vivo no Senado, a falta de pluralidade na cobertura a faz tomar contornos quase irrealistas. Entre as fontes ouvidas nas reportagens que antecederam a tomada ao vivo, estão a senadora Vanessa Grazziotin (PC do B) e os senadores Lindberg Farias e Jorge Viana (PT) e Randolfe Rodrigues (Rede Solidarietà). Já a reportagem de Gabriela Noronha tratava da recusa do ministro Teori Zavascki quanto ao pedido da Advocacia-Geral da União para anular o processo de impedimento contra a Presidenta Dilma Rousseff. Diretamente do Senado, Ricardo Carandina atualizou os dados das reportagens anteriores e trouxe ainda a fala do então líder do governo no Senado, senador Humberto Costa. Ao simplesmente não elencar opiniões favoráveis ao processo, ao não consultar nenhum dos 55 senadores que votaram pelo impeachment, o programa deixou de noticiar o elemento contraditório da pauta, causando inclusive uma distorção grande da realidade ao dar voz apenas à opinião daqueles que representavam minoria na disputa. Quanto aos cidadãos, mencionados no projeto de reformulação do programa na gestão de Bucci e elemento central até no bordão de abertura - "Está no ar a sua voz, a nossa voz, A Voz do Brasil" - não são consultados neste caso e em

nenhum dos analisados.

Quanto à omissão, de maneira geral, as coberturas analisadas possuem lacunas, no sentido de omitirem informações que são dadas por outros meios, de se restringirem a fontes oficiais ou em casos mais extremos, por não noticiarem determinadas pautas deliberadamente. Como exemplos de omissão parcial, podemos mencionar a cobertura sobre o caso BR Distribuidora, no Governo Sarney. Se no dia 16 de dezembro de 1988, as capas dos jornais mencionavam a demissão de suspeitos, *A Voz do Brasil* apenas reporta a transferência do presidente da BR para a Petrofertil. No dia 21 de dezembro de 1988, os jornais trazem as contradições do depoimento do empresário Eid Mansur no caso BR Distribuidora, enquanto o programa apenas aborda a entrega do dossiê apurado em sindicância interna à Polícia Federal. Ou seja, o programa tem uma angulação muito própria sobre o caso, ao que nos parece, apenas focado no impacto da investigação sob funcionários do alto escalão da estatal.

Podemos lembrar ainda a falta do debate do contraditório durante o Governo Itamar - mais notadamente nas coberturas em que são rebatidas críticas publicadas em jornais sem que se esclareça que críticas e que jornais são estes. No Governo Dilma, por exemplo, a cobertura do caso do impeachment ignorou a oposição e a formação do Governo de Michel Temer, seu vice não é sequer mencionado nas edições analisadas.

Mas a omissão do programa em relação a pautas sobre fatos geradores de crise foi ainda mais evidente durante o Governo FHC, na cobertura das investigações sobre as fraudes nos leilões de privatização, em maio de 2002, e no Governo Temer, quando veio à tona a gravação da conversa entre Michel Temer e o empresário Joesley Batista, em 17 de maio de 2017.

Sobre o primeiro caso, entre os dias 8 e 14 de maio de 2002, as investigações sobre Ricardo Sérgio, ex-presidente do Banco do Brasil que era acusado de favorecer empresas com empréstimos usados depois nos leilões das privatizações - de forma a uma empresa pegar empréstimo do BB para

comprar estatais em leilão - foi capa da *Folha de São Paulo* por três dias deste período - 8, 10 e 11 de maio. Já a prática de descapitalização das estatais através de uma política agressiva de distribuição de dividendos foi capa da edição de domingo - 12 de maio. Ou seja, em sete dias, o tema foi capa em quatro. Mas neste mesmo período nenhuma das edições do programa o tema foi pautado. O valor-notícia⁵ nas capas da *Folha de São Paulo* só coincidiu neste meio tempo com os destaques do programa em pautas positivas, como a avaliação otimista de FHC sobre o resultado do Censo 2000, noticiada pela *Voz* no dia 8 e pela *Folha* no dia 9 de maio de 2002. De maneira que, deliberadamente o programa não adotou como valor-notícia as investigações sobre fraude nos leilões de privatização de estatais.

Já no caso de Michel Temer, o programa noticiou o caso com um dia de atraso e sem qualquer espaço para o debate do contraditório. Não se buscou contextualizar o teor da gravação, as acusações que pesaram sobre o empresário Joesley Batista, apenas no dia seguinte o presidente negou a veracidade das gravações e reiterou que não renunciaria. O programa não ouviu nenhuma outra fonte sobre o tema e o assunto que permanecia em pauta nos jornais não foi mais mencionado no programa. Ao se optar pelo pronunciamento presidencial sem um trabalho de reportagem que abordasse o assunto, o programa não noticiou o caso a partir de critérios jornalísticos.

Conclusões

Nesta análise, do período entre 1985 e 2017, podemos apontar algumas rupturas e reverberações da Ditadura Militar no conteúdo jornalístico de *A Voz*

⁵Valor-notícia ou critérios de noticiabilidade são conceitos abordados por diversos autores que buscaram entender o porquê determinados fatos devem ou não ser noticiados. Aguiar (2008) ressalta alguns pressupostos implícitos dos quais os valores-notícia são derivados, tais como os critérios substantivos, relativos ao conteúdo e que articulam a importância e o interesse da notícia. Segundo o autor, os valores-notícia são as qualidades da construção jornalística dos acontecimentos e funcionam como “óculos” através dos quais os jornalistas operam uma seleção e uma produção discursiva daquilo que é selecionado. De maneira que os valores-notícia dão conta das “condições de possibilidades de ver e dizer sobre a realidade social que estão estratificadas na comunidade interpretativa” (AGUIAR, 2008, p.23).

do Brasil, em coberturas de pautas sobre crise política. Em “Apuração” buscamos analisar se o programa trouxe o debate do contraditório e qual era a postura dos repórteres em relação às fontes. O que podemos concluir é que foram raros os casos em que a angulação não foi completamente governista - entre os quais destacamos a cobertura do impeachment de Collor, em 1992, e a dos casos de corrupção nos Correios e Mensalão, em 2005. De maneira geral, os repórteres têm uma postura pouco questionadora diante das fontes, não confrontando suas informações nem durante a entrevista, nem na edição final das reportagens.

A omissão, por fim, presente de maneira mais ou menos deliberada em algumas coberturas também foi uma constante em nossa análise. Variando de omissão parcial, em alguns casos anteriormente destacados, a omissão total durante a cobertura das investigações sobre as fraudes nos leilões de privatização, no Governo FHC, em maio de 2002.

Dado este panorama, concluímos que há muitos avanços que merecem destaque na cobertura jornalística do programa sobre temas que despertaram crises políticas. No entanto, não é possível afirmar que se consolidou um padrão na apuração desta natureza de pauta. Observamos que houve grande variação nas coberturas do programa, de acordo com cada governo de turno, alguns omitiram mais ou menos informações – sobretudo nas edições dos governos FHC e Temer - e outros parecem ter buscado uma cobertura mais equilibrada – com destaque às edições analisados dos governos Collor e Lula.

Neste contexto, destacamos ainda a importância da defesa da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada em 2007, enquanto uma empresa pública de Radiodifusão. A sua criação visava justamente o estabelecimento deste marco, em detrimento da Radiodifusão Estatal, para a qual fora criada a Radiobrás, em 1975, representando a maior tentativa de afastamento dos preceitos consolidados durante o Regime Militar. Isto possibilitou muitos avanços, seja na contratação de pessoal profissionalizado, seja na elaboração de Manuais de Jornalismo para pautar boas práticas na Casa.

No entanto, a composição do seu Conselho Curador⁶ nunca foi uma questão bem resolvida, de maneira que sua independência editorial em relação ao Governo – característica maior da radiodifusão pública – não foi alcançada, e pior, quando houve troca de gestão, entre governos Dilma e Temer, houve retrocessos, que entendemos se refletirem no programa.

Se consideramos que, a partir de 2003 (BUCCI, 2008), *A Voz do Brasil* buscou em seus projetos editoriais uma aproximação com o que entendemos como jornalismo público (ROSEN, 1996; RORHBERG, 2011), o que notamos em nossa análise é que de forma geral, o programa ou se aproximou do gênero do jornalismo informativo (FERRARETO, 2001) ou adotou uma cobertura enviesada das questões. As duas coberturas que entendemos mais ter chegado perto do jornalismo informativo foram a do impeachment de Collor, em 1992, e a do Mensalão e CPI dos Correios, em 2005. Ainda assim, nestes casos, se houve algum diálogo com a noção de jornalismo público foi a partir da aceção de Rothberg (2011), ou seja, pelo financiamento público com relativa independência editorial. Talvez seja mais seguro assumirmos que em nenhum caso há efetiva independência editorial, mas que nestes dois episódios há uma maior independência em relação aos demais.

Embora não seja possível negar que houve mudanças consideráveis frente ao modelo de “objetividade propagandística” dos governos militares, percebe-se que a presença de pautas negativas e o contraditório na apuração, ainda que presentes em algumas das edições analisadas, não se consolidou como uma marca d’*A Voz do Brasil* na “Nova República”, reverberando características que o programa já apresentava durante a Ditadura Militar.

Referências

AGUIAR. Leonel Azevedo. Entretenimento: valor-notícia fundamental. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Ano V - n. 1 pp. 13 - 23 jan./ jun. 2008

⁶O Conselho Curador da EBC foi extinto durante o Governo de Michel Temer, por meio da Medida Provisória N°744/2016.

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BUCCI, Eugenio. **Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito a informação no primeiro governo Lula**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- CALABRE, Lia. **A era do rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- EBC Serviços: <www.ebc.com.br> Acessos em: 18 nov. 2012; 23 jul. de 2018.
- EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Somente a verdade: manual de jornalismo da EBC**. Brasília, 2013, 144p.
- FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.
- FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997
- MATOS, Lidiane Leite de. **Voz do Brasil: Do Estado Novo ao século XXI**. 2001. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2001.
- PEROSA, Lilian Maria Farias de Lima. **A Hora do Clique: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República**. São Paulo: Annablume: ECA-USP. 1995.
- ROSEN, Jay. **Getting the connections right: Public Journalism and troubles in the press**. Twentieth Century Foundation, 1996, 100p.
- ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo público: informação, cidadania e televisão**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- SILVA, Luciana Paula Bonetti. **A Voz que não se calou: as mudanças no programa A Voz do Brasil a partir do governo Lula**. 2014. Relatório de Projeto Experimental de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/13105015>>
- SILVA, Luciana Paula Bonetti. **O jornalismo no programa de rádio A Voz do Brasil em períodos de crise política - análise de coberturas entre 1985 e 2017**. 2018. 157 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198690>>
- SOUZA, José Inácio de Melo. **O Estado contra os meios de Comunicação (1889 1945)**. São Paulo, Annablume Fapesp: 2003.

Arquivos Sonoros de A Voz do Brasil

- A VOZ DO BRASIL. Edição de 15 de dezembro de 1988. Brasília: Radiobrás, p1988a. Arquivo MP3 [30 minutos].
- A VOZ DO BRASIL. Edição de 16 de dezembro de 1988. Brasília: Radiobrás, p1988b. Arquivo MP3 [30 minutos].
- A VOZ DO BRASIL. Edição de 19 de dezembro de 1988. Brasília: Radiobrás, p1988c.

Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 20 de dezembro de 1988. Brasília: Radiobrás, p1988d. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 21 de dezembro de 1988. Brasília: Radiobrás, p1988e. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 28 de setembro de 1992. Brasília: Radiobrás, p1992a. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 29 de setembro de 1992. Brasília: Radiobrás, p1992b. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 30 de setembro de 1992. Brasília: Radiobrás, p1992c. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 1 de outubro de 1992. Brasília: Radiobrás, p1992d. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 2 de outubro de 1992. Brasília: Radiobrás, p1992e. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 12 de maio de 1993. Brasília: Radiobrás, p1993a. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 17 de maio de 1993. Brasília: Radiobrás, p1993b. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 18 de maio de 1993. Brasília: Radiobrás, p1993c. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 21 de dezembro de 1993. Brasília: Radiobrás, p1993d. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 23 de dezembro de 1993. Brasília: Radiobrás, p1993e. Arquivo MP3 [30 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 8 de maio de 2002. Brasília: Radiobrás, p2002a. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 9 de maio de 2002. Brasília: Radiobrás, p2002b. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 10 de maio de 2002. Brasília: Radiobrás, p2002c. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 13 de maio de 2002. Brasília: Radiobrás, p2002d. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 14 de maio de 2002. Brasília: Radiobrás, p2002e. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 1 de junho de 2005. Brasília: Radiobrás, p2005a. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 3 de junho de 2005. Brasília: Radiobrás, p2005b. Arquivo

MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 6 de junho de 2005. Brasília: Radiobrás, p2005c. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 7 de junho de 2005. Brasília: Radiobrás, p2005d. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 16 de junho de 2005. Brasília: Radiobrás, p2005e. Arquivo MP3 [25 minutos].

A VOZ DO BRASIL. Edição de 5 de maio de 2016. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2016a. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 6 de maio de 2016. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2016b. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 9 de maio de 2016. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2016c. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 10 de maio de 2016. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2016d. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 11 de maio de 2016. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2016c. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 17 de maio de 2017. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2017a. Arquivo MP3 [30 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 18 de maio de 2017. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2017b. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 19 de maio de 2017. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2017c. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 22 de maio de 2017. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2017d. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. 2018.

A VOZ DO BRASIL. Edição de 23 de maio de 2017. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2017e. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <<http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/>> Acesso: fev. de 2018.